

Carta Aberta ao Reitor da Universidade de Lisboa

If you buy things you don't need, you will soon sell things you need - Warren Buffett

Decidiu V. Exa, por despacho do passado dia 11 de junho, adjudicar, a uma empresa importadora de software, a aquisição e implementação do sistema integrado de gestão financeira e de recursos humanos da Universidade de Lisboa.

A Quidgest interpôs providência cautelar suspensiva deste ato administrativo, por este ratificar uma avaliação que viola os princípios da concorrência e que é indigna do estatuto de rigor que deveria caracterizar a Universidade de Lisboa.

A explicação sumária dos motivos deste pedido de suspensão constam de outra carta aberta que lhe dirigimos.

No entanto, gostaríamos também de pedir a atenção para os impactos negativos que uma decisão desta natureza – tanto mais quanto resultado de uma distorção da concorrência – acarreta para a nossa economia, para a nossa sociedade e para o nosso país.

Alegadas causas estruturais da situação económica em Portugal

É largamente aceite que a situação em Portugal não depende de causas fortuitas ou conjunturais, mas sim de causas estruturais profundas.

E, quando se procuram causas estruturais para a corrente e persistente crise económica em Portugal (e financiarmo-nos, mesmo que a valores historicamente baixos, significa que a crise económica perdura), costumam ser arroladas duas causas fundamentais:

- por um lado, a insuficiente preparação dos trabalhadores portugueses
- por outro lado, a insuficiente quantidade e qualidade do capital investido.

Ambas estas causas têm a particularidade de não poderem ser alteradas em poucos anos. Requerem-se décadas para que as novas gerações tenham a formação e as competências idealizadas. Tal como se requerem décadas para que sucessivos bons investimentos garantam ativos geradores de elevadas produtividades.

Deste longínquo horizonte ao imobilismo, é um pequeno passo. Não há nada fazer. Os problemas colocam-se, prementes, no curto prazo. As soluções só a próxima geração as terá disponíveis. Mais vale deixar tudo como está ou fazer remendos conjunturais, como cortar cegamente qualquer despesa, forçar a emigração, aumentar dívida ou reduzir salários.

O que realmente determina a situação económica: más decisões

Na realidade, nem o capital atualmente existente, nem o trabalho disponível são os fatores determinantes desta crise estrutural. O que determina a medíocre situação económica em que nos encontramos é a má qualidade de muitas das decisões dos nossos decisores.

Do ponto de vista da economia, as mais perniciosas de todas as decisões são as suportadas pela teoria de que não importa distinguir o que compramos com elevada incorporação de valor em Portugal daquilo que compramos direta ou indiretamente ao exterior, agravando as importações.

Alguém, a nível federal/central, restabelecerá por via orçamental/financeira/monetária os desequilíbrios comerciais existentes, quaisquer que eles sejam. Teoria que, em pouco mais de 10 anos, nos conduziu a apenas podermos chamar soberana à nossa dívida.

E, por isso, mesmo em áreas em que não temos absolutamente nenhuma necessidade (como as tecnologias da informação e os sistemas integrados de gestão, que constituem o objeto deste concurso público) há quem distorça a concorrência e crie monopólios para empresas alemãs a quem estamos, por exemplo, a pagar para a ensinarmos a processar vencimentos na administração pública portuguesa há 5 anos, ou na defesa nacional há 10 anos.

O problema não é de formação, nem é de investimento, nem de qualidade dos produtos que resultam desta formação e deste investimento. A solução nacional que a Quidgest colocou a concurso é perfeitamente capaz, com provas dadas (incluindo na Universidade de Lisboa), suportadas por excelentes técnicos e por tecnologias inovadoras, e é certificada e premiada em vários lugares do mundo.

O problema é de decisão: os nossos maus decisores decidem mal, decidem sem inteligência económica, decidem como decidiriam as pessoas que nos quissem prejudicar, agravando a nossa dependência externa.

Vale de pouco procurarmos exportar mais, enquanto houver maus decisores em Portugal que mais do que anulam o esforço das empresas exportadoras.

De Lisboa para o Mundo

Todos os que formam os nossos melhores jovens se lamentam da impossibilidade de os manter em Portugal, todos veem com tristeza partir competências, esperanças e ambições.

Mas entendem a razão destas saídas? Fazem o que poderiam fazer para as evitar? Quando têm oportunidade, contribuem para a criação de empregos qualificados em Portugal? Ou, pelo menos, não impedem que outros os criem?

Todas estas questões se colocam a propósito desta decisão da Reitoria da Universidade de Lisboa.

A Reitoria da Universidade de Lisboa tinha obrigação de cumprir a lei, com objetividade e garantindo a concorrência das empresas e soluções nacionais, em plano de igualdade com as internacionais.

Mas tem também a obrigação de perceber que, ao favorecer um produto externo, embora importado por uma empresa portuguesa, é responsável por destruir os valores, as competências e os futuros dos jovens que forma, em Portugal.

A menos que o lema da nova Universidade de Lisboa (“De Lisboa para o Mundo”) seja apenas um empurrão para que em Lisboa não fique nenhuma capacidade produtiva, nenhuma competência, nenhum saber.

O júri do concurso adulterou as regras da objetividade e do rigor, para favorecer uma empresa importadora de software em detrimento de uma empresa produtora de software nacional. E não é absolutamente nada equivalente equiparar a importação de software com a produção de software. Ambos os processos (de importação e de produção) podem ser executados por empresas nacionais, ambos podem até criar emprego em Portugal, mas apenas a produção cria valor. A importação destrói valor nacional, agrava o desequilíbrio externo, aumenta a dependência dos financiadores, agudiza a crise económica e condiciona o nosso futuro.

Opção PIGS

A opção PIGS consiste em comprar o que não se precisa aos nossos parceiros europeus.

À medida que os défices comerciais se vão acumulando, uma parte crescente da economia fica dependente ou beneficia desse défice. Os importadores ganham influência e peso económico. A preponderância dos importadores cria uma rede de interesses e uma cultura económica que desvaloriza e estigmatiza tudo o que é nacional, acusando de protecionismo todas as preocupações com as distorções da concorrência que favorecem os produtos importados face aos produzidos localmente.

Foi esta, a opção PIGS, a opção tomada neste concurso da Universidade de Lisboa. Foram esses interesses dos importadores que prevaleceram. Foi esse o impacto económico produzido: a destruição de umas boas dezenas de postos de trabalho diretos (em Portugal) e de uma boa referência para a expansão internacional de um bem transacionável português.

Quando estão em causa compras públicas, o impacto negativo ainda é maior, porque é uma transferência direta de rendimentos internos (os únicos que pagam impostos) para o exterior. Daí que o decisor público apenas em situações de ausência absoluta ou de grande insuficiência da oferta nacional devesse recorrer a importações. Porém, em Portugal, nem existe um indicador que permita perceber quanto dos gastos públicos se traduzem em importações diretas. Na área do software de gestão, as importações de instituições públicas (em particular, pagamento de licenças SAP, Oracle ou Microsoft) atingem as centenas de milhões de euros anuais.

É assim que se destroem as bases de uma união económica, como a União Europeia. Numa primeira fase, criando grandes desequilíbrios comerciais. Numa segunda fase, transformando esses desequilíbrios comerciais em condições de financiamento muito agravadas. Numa terceira fase, impondo programas de austeridade que destroem valor, aumentam desemprego, promovem a migração de jovens na idade mais produtiva e retiram competitividade aos países intervencionados. E o desequilíbrio agrava-se e persiste.

Se isto fosse apenas um filme... Mas não, é uma realidade muito próxima, para a qual a decisão da Reitoria da Universidade de Lisboa contribui de forma muito significativa.

Favorecimento pelo júri

Existem indícios suficientemente fortes de ter havido uma vontade deliberada de favorecer a empresa vencedora, e o sistema de gestão (importado) que esta propõe:

1. Nos requisitos e critérios, ditos técnicos, que permitiram eliminar muitos dos concorrentes e potenciais concorrentes
2. Na criação de um fator 2, apenas adequado ao modelo de venda do produto da proposta vencedora
3. Nas facilidades concedidas à empresa vencedora, e a pedido desta, em sede de esclarecimentos pelo júri (não apresentação de documentos obrigatórios como fluxos de procedimentos ou modelo relacional de dados)
4. Na bondade de a concorrente vencedora não ter tido de esclarecer senão um inócuo ponto, contrariamente aos 5/6 pedidos (enviados) colocados a todos os outros concorrentes
5. Na opção do júri em não avaliar os requisitos funcionais (avaliação que penalizaria a empresa vencedora, que os descreve insuficientemente), exigidos para que o sistema proposto corresponda aos objetivos de gestão de recursos humanos e de gestão financeira, que constituem o fim último do concurso
6. Na opção do júri em não avaliar o prazo de implementação (critério que também penalizaria a empresa e o produto vencedores, com implementações muito lentas)
7. Na facilidade com que o júri encontrou *“demonstrações completas e detalhadas”* de como a concorrente vencedora *“se propõe cumprir os objetivos e requisitos previstos, de forma completamente alinhada com os objetivos definidos no Caderno de Encargos”*, critério que lhe valeu a sistemática pontuação de 10 valores
8. Nas avaliações efetuadas em relatório preliminar e em relatório final aos restantes concorrentes, de forma a reduzir drasticamente a sua pontuação

Síntese

É a qualidade das decisões da Universidade que V. Exa superiormente dirige, a maior Universidade do País, que está em causa.

Esperar-se-ia que as decisões da Reitoria da Universidade de Lisboa favorecessem a investigação, o emprego, a iniciativa, o empreendedorismo, a tecnologia, a afirmação económica de Portugal.

Ao invés, esta decisão destrói os valores e as competências associados ao software nacional, favorece a dependência tecnológica do exterior, impõe um produto tecnologicamente obsoleto e inadequado, reduz a produtividade dos utilizadores, não aumenta a qualidade da informação de gestão.

E presta este mau serviço à Universidade e ao País, através de um procedimento pouco transparente, que não respeita as regras da concorrência e favorece um concorrente pré-selecionado.

Pelo que lhe solicitamos que a sua decisão sobre o presente procedimento seja integralmente revista.